

Exmo. Senhor Presidente da República

Exmos. Senhores Antigos Presidentes da República

Magnífico Reitor

Exmos. Representantes das autoridades civis, militares e académicas

Exmos. Senhores Professores

Exmos. Senhores Trabalhadores não-docentes

Caros colegas

Minhas senhoras e meus senhores

Inauguramos um novo ano académico, com a enorme alegria de ser o ano em que celebramos o primeiro centenário da refundação da nossa Universidade. Abrimos estas comemorações na melhor companhia possível. Estão connosco todos os Presidentes da República eleitos em democracia.

Três de entre Suas Excelências – General Ramalho Eanes, Dr. Mário Soares e Dr. Jorge Sampaio – serão agraciados com o grau de doutor *honoris causa*. Isso sucede não apenas por terem sido Presidentes da República e por todo o percurso de vida que tiveram, mas porque algures nesse percurso esteve a sua condição de estudantes da

Universidade de Lisboa. É por essa razão que, em nome de todos os estudantes da nossa Universidade, os cumprimento e felicito, pois são símbolos da nossa própria condição estudantil e ilustres representantes de uma ideia de futuro a que os estudantes do ensino superior português podem aspirar.

Porém, devo dizer que a nossa Universidade já não é rigorosamente a mesma. Parte das transformações e diferenças que encontram na nossa geração resultam, para além de tomarmos os direitos, liberdades e garantias como dados pelo nosso sistema constitucional, do facto de encararmos a presença no ensino superior de outra maneira. Dantes, os estudantes do ensino superior não conheciam a ideia de desemprego entre licenciados, ficando parte da sua mente, das suas preocupações e das suas inquietações livres desses fardo, podendo dedicar-se a outros aspectos importantes da vida nas nossas idades. Hoje, o cenário é o oposto. Poucos serão os que sabem que o emprego é garantido à saída da formação superior e todos se concentram, então, exclusivamente nos seus estudos, numa competição desenfreada que pouco espaço deixa à verdadeira formação humanista dos cidadãos com acesso aos mais elevados graus do ensino.

Naturalmente que a empregabilidade não deve ser o objectivo principal da Universidade. Contudo, não podemos esquecer que essa é uma expectativa importante dos que a frequentam. Seja como for, a tendência hiper-especializante que hoje se encontra nas instituições de ensino superior pode, na verdade, não corresponder às necessidades do país. Cada vez mais encontramos gente nas universidades a tirar segundas formações, em busca de uma banda larguíssima de saberes, que lhes permita ter uma visão mais abrangente do mundo e

capacidade de resposta em face de problemas complexos. A Universidade de Lisboa deu sérios passos na concretização desta visão, através da proposta de uma licenciatura em Estudos Gerais, organizada entre as Faculdades de Ciências, Letras e Belas-Artes. Parece, no entanto, que os burocratas que se ocupam dos processos de acreditação foram incapazes de compreender a importância da proposta e pende recurso da decisão que rejeitou a aceitação desta licenciatura. Este tipo de compressões da autonomia, precisamente no coração da autonomia científica e pedagógica, são intromissões inaceitáveis do poder político sobre a academia que, por mais que escondidas sob as vestes de entidades independentes, deixam sempre a cauda de fora das vistas pequenas dos burocratas que pensam que sabem mais do que aqueles que vivem a pensar. Ainda neste domínio, cá por casa, podíamos fazer mais e melhor. Não deixa de ser surpreendente que um estudante possa ir em busca de intercurricularidade e multidisciplinaridade para o estrangeiro, mas não possa ir para outra universidade portuguesa ou mesmo para o outro lado da Alameda.

A Universidade de Lisboa, como a do Porto, foram fundadas cavalgando discretamente um diploma sobre bolsas de estudo. Pois ainda hoje, a nossa preocupação mais candente vai justamente para os estudantes economicamente carenciados. Não por termos qualquer visão assistencialista da Universidade, mas porque é dever do ensino superior transformar a sociedade, assegurando igualdade de oportunidades no acesso e na frequência a todos os cidadãos. Ora, este ano, no quadro da crise e dos sucessivos PECs, PECam também nesta matéria. Aguardamos, atentos e vigilantes, as normas em falta para que se possa avaliar a política de acção social directa recentemente

reformada e o seu impacto no número de bolseiros e no valor das bolsas.

PECam, os mesmos PECadores, ainda ao obrigar as instituições à constituição de uma reserva sobre 20% do valor das propinas, escondidas na rubrica das taxas, multas e outras penalidades. Todos os sacrifícios são, nas horas difíceis, fundamentais. Os sectores da ciência e do Ensino Superior não são sectores privilegiados, pese embora estejam em melhor posição para contribuir para a saída da crise do que muitos outros. Porém, as propinas deviam, por lei, estar alocadas a desenvolvimento e há muito que andam a pagar vencimentos. Ainda, deviam reflectir, diz o legislador, a natureza e qualidade dos cursos. Em Portugal, dá-se a curiosa coincidência de o equilíbrio entre a natureza e a qualidade de quase todos os cursos, ter conduzido as instituições a fixarem o mesmo valor de propina – o valor máximo admissível. Acima de tudo, as propinas representam o esforço das famílias portuguesas em manter os seus filhos na escola, para que lhes seja assegurada melhor qualidade de vida do que às gerações precedentes. Aqui, não devia ter sido metida a longa mão, bem visível, das Finanças.

São todas estas contradições e falta de correspondência entre as expectativas criadas aos estudantes e aquilo que efectivamente se lhes está a oferecer, que não é mais do que um corolário do que virá a ser o mundo que afinal nos vão deixar, que nos obrigam a rejeitar certos paternalismos e certos epítetos com que querem sempre carregar a nossa geração.

**Nunca fomos uma geração rasca, mas somos cada vez mais, isso sim,
uma geração à rasca.**

Muito obrigado.